

Governo da RPM denunciará violações ao Acordo de Nkomati

— Ministro Jacinto Veloso

O Governo moçambicano vai em breve apresentar publicamente provas de violações ao Acordo de Nkomati, provenientes de «indivíduos e organizações» dentro da África do Sul. Isto foi

«Estamos convencidos de que o Governo sul-africano está a cumprir o Acordo de Nkomati e faz esforços para o fazer cumprir. Mas é possível que tenha algumas dificuldades. Existem indícios de que indivíduos e organizações dentro da África do Sul estão comprometendo o Acordo de Nkomati e continuam a apoiar os bandidos armados em Moçambique. Estamos a investigar estas situações e alguns resultados vão ser brevemente apresentados», disse Jacinto Veloso.

Veloso afirmou que a resolução do problema da segurança — «aspecto principal do acordo nesta fase» — toma primazia sobre todos os outros aspectos decorrentes do acordo, que ficam prejudicados sem a resolução do problema da segurança.

«A instabilidade impede que certo tipo de relacionamento económico tradicional entre Moçambique e a África do Sul seja posto em prática. Há, portanto, uma contradição real entre os objectivos do acordo e a sua própria prática.»

Veloso acrescentou que a esta contradição que levanta «dúvidas quanto à seriedade do acordo» entre Estados e dirigentes com quem Moçambique se relaciona.

O Ministro moçambicano declarou-se convencido de que estas dificuldades poderão ser ultrapassadas mas,

acrescentou, «existe um certo risco de assistirmos a um arrefecimento progressivo do Acordo de Nkomati e mesmo a um congelamento do acordo. Os Governos, organizações e indivíduos, que compreendem a natureza estratégica do acordo, deverão trabalhar para que não aconteça a morte lenta do Acordo de Nkomati».

Indagado sobre a «componente portuguesa» do banditismo armado, Veloso disse que ela é, entre as várias componentes, a que «ultimamente se tem manifestado com mais insistência, com um espírito de certo modo vingativo desesperado quase».

«Se nós analisarmos o processo do banditismo ao longo dos anos verifica-se que esta força, que é convergente com outras, aparece sempre. Os seus aliados é que vão mudando. Ela manifesta-se inclusivamente desde os últimos anos da Luta de Libertação Nacional. Quando dos Acordos de Lusaka, em 1974, entre a FRELIMO e o Governo Português, este conjunto de forças tentou um golpe contra os acordos e até hoje continua a contestar esses acordos e pretende renegociá-los num novo contexto.»

Jacinto Veloso disse que, «na prática esta componente portuguesa pretende discutir o contencioso económico-financeiro que foi pela segunda vez arquivado pelo malogrado Primei-

ro-Ministro português, Sá Carneiro». O Ministro afirmou que esta componente «tem uma implantação externa, que lhe permite desenvolver acções de propaganda bastante bem organizadas, que ganham eco entre a opinião pública não correctamente informada ou pré-disposta a acreditar nessa propaganda».

Jacinto Veloso disse que na prática a componente portuguesa prejudica as relações intergovernamentais de Moçambique com Portugal.

Acrescentou que «estamos convencidos de que o Governo Português não está envolvido no apoio aos bandidos», mas entre os amigos de Moçambique e em muitos sectores da opinião pública interna e externa, se pergunta com muita insistência como é que o Governo Português não age contra representantes de bandidos, que raptam e matam cooperantes portugueses e destroem interesses do Estado e de empresas portuguesas em Moçambique.

Veloso disse que a componente portuguesa do banditismo «conta primeiramente com a sua própria capacidade financeira, mas recorre a outras forças em diversos países que, por conveniência de negócios, são também armas para esse apoio».

Jacinto Veloso reiterou que «não há negociações políticas directas ou indi-

rectas com os representantes do banditismo armado», e que na comissão saída da Declaração de Pretória, de 3 de Outubro, se discutem apenas as formas para se acabar com a violência em Moçambique.

«Não negociamos com esse tipo de gente», disse Veloso.

O Ministro acrescentou que o exercício após o 3 de Outubro foi bloqueado pela componente portuguesa.

«O que temos visto é que os representantes daqueles que levam a cabo acções de terrorismo em Moçambique têm apresentado uma série de pretextos, que não permite que o exercício se concretize. É nesse processo de bloqueamento que a componente portuguesa tem desempenhado um papel fundamental», disse Veloso.

O Ministro moçambicano, que tem chefiado as negociações com a África do Sul, disse que «só daqui a uns anos é que se poderá medir com objectividade o alcance estratégico do Acordo de Nkomati. Talvez os estudos destes assuntos venham a concluir que o Acordo de Nkomati foi talvez o acontecimento político mais importante de 1984, a nível internacional».

Veloso acrescentou que «o espírito de Nkomati seguramente vai alastrar-se em toda a África Austral». — (AIM).

N. 15
12
84